Viagens
Vamos conhecer Cabo Verde e a China

Memórias
Reencontros na Guiné-Bissau

25 referencial

Boletim da Associação 25 de Abril ■ Director: Pedro Pezarat Correia ■ N.º 84 ■ Julho – Setembro 2006

Guerra à guerra

Lusa/Ali Haider

O Referencial

Propriedade: Associação 25 de Abril
Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração n.º 194/2002, DR-II Série, n.º 91 de 18 de Abril)

Presidente da Direcção:
Vasco Lourenço

Director:
Pedro Pezarat Correia

Editor:
José António Santos

Fotografia:
Fernando Farinha (editor)
Agência Lusa

Colaboradores:
Artur Custódio da Silva,
David Martelo, Fernando da Vaza Pinheiro, João Magalhães, José Barbosa Pereira, José Fontão, Luís Galvão (Bridge), Luís Vicente da Silva (cartoon), Manuel Loff, Maria Manuela Cruzeiro, Nuno Fisher Lopes Pires, Nuno Santa Clara Gomes

Sede nacional, Administração e Redacção
Associação 25 de Abril
Rua da Misericórdia, 95
1200-271 Lisboa
Telf.: 21 324 14 20
Fax: 21 324 14 29
E-mail: a25a.sec@25abril.org
www.25abril.org

Delegação Norte
Escadas do Barredo, 120 R/C Esq.º
4050-092 Porto
Telf./Fax: 22 203 11 97
E-mail: a25a.del-norte@25abril.org

Delegação Centro
Apartado 3041
3000 Coimbra
E-mail: a25a.del-centro@25abril.org

Delegação do Alentejo
Bairro da Esperança, Edifício 2, Bloco 3 - loja, r/c
7560-145 Grândola
E-mail: a25a.del-alentejo@25abril.org

Delegação do Canadá
153 Hamilton St
Toronto-Ontario M4M 2C9

Execução Gráfica
Narciso Correia Artes Gráficas, Lda.
Rua Ferreira Chaves, 2-A e 12-A
1070-127 Lisboa
Telf.: 21 388 26 29
Fax: 21 383 26 78

Tiragem: 4000 Exemplares

Distribuição gratuita

Depósito legal n.º 32 998/89

Nuclear

CONFORME AVANÇAMOS pela primeira década do século XXI vamos constatando que a nova ordem mundial anunciada, sob a batuta da hiperpotência liderante da globalização, tornou o mundo, tragicamente, mais imprevisível, mais inseguro, mais violento.

Um a um, os objectivos da aventura iraquiana baseada na fraude, na manipulação e na mentira, foram ruindo. A democratização do Iraque, a neutralização do terrorismo, a eliminação das armas de destruição massiva (ADM), o relançamento do processo de paz na Palestina são, todos eles, objectivos falhados e tornados mais longínquos. Com o caos instalado num Iraque que a invasão tornou centro do terrorismo, resta aos EUA a preocupação de como sair do pântano iraquiano sem perder a face e sem assumir a derrota.

Anuncia-se o estudo de novas tácticas sem pôr em causa a estratégia porque, afirmam os responsáveis, não há alternativa. Alternativas estratégicas há, só que passam pela substituição da administração Bush, não apenas do presidente porque toda está irremediavelmente comprometida com a fraude e com o fracasso e, com ela, de facto, não há alternativa. Só uma nova administração de mãos limpas, que reconheça o erro duma política arrogante, unilateral, belicista, assente numa obscena mas ilusória superioridade militar, que assuma a incapacidade dos EUA para resolver um problema que criaram, poderá encontrar a alternativa estratégica entregando a busca da solução política do conflito, que já não é só iraquiano nem só norte-americano, nas mãos da ONU.

Entretanto Washington parece apostado em alimentar uma nova ameaça que transcende o Médio Oriente e afecta toda a humanidade, agora com o apoio das restantes potências nucleares, ainda que com nuances entre as suas aliadas na OTAN e as outras, pois só aquelas alinham incondicionalmente com os EUA.

Em causa está a invocação da não-proliferação nuclear mas que, de facto, configura uma manobra de contra-proliferação, para travar o surgimento de novas potências nucleares não controladas pelo núcleo dirigente do sistema global. O que verdadeiramente está em causa não é a violação do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), mas a eventualidade de Estados considerados hostis, no caso presente o Irão e a Coreia do Norte, se tornarem possuidores de armas nucleares (AN). Se a questão fosse a preservação do TNP, de facto o mais valioso instrumento jurídico-diplomático para suster a ameaça nuclear, a prevenção contra novos possuidores de AN deveria ser acompanhada de efectivas estratégias de redução dos arsenais nucleares dos Estados já possuidores, com vista à sua eliminação total. É o que reza o TNP mas não é o que se verifica.

Quem acompanha a pressão diária das potências nucleares e a desinformação dos media mais poderosos, parece estarmos perante inocentes e isentos parceiros que, apostados no cumprimento do que lhes é exigido pelo TNP desfazendo-se dos seus arsenais, clamam contra outros que, querendo ascender ao nuclear, são os únicos a violar o tratado. Nada mais falso. O que os Estados possuidores querem é manter a exclusividade do clube nuclear, assegurar o apartheid nuclear, prosseguindo os seus programas enquanto tentam impedir, por todos os meios, o surgimento de novos possuidores. A isto, em termos técnicos, chama-se contra-proliferação nuclear e é a negação da não-proliferação.

Acresce que, no caso particular do Irão, a sua eventual estratégia nuclear militar – neste momento o problema nem sequer é esse pois o seu programa actual só visa a utilização pacífica da energia nuclear –, não é mais do que uma resposta a uma potência nuclear já existente no Médio Oriente, Israel que, por ser clandestina se furta à fiscalização, mas é tolerada e silenciada pelas potências nucleares ocidentais que, aliás, apoiaram o seu programa de nuclearização.

Invocam-se, em relação às hipotéticas potências nucleares emergentes, dois argumentos justificativos de discriminação.

Primeiro, porque assim que disponham da AN podem utilizá-la contra interesses dos EUA ou seus aliados, o Irão no Médio Oriente, a Coreia do Norte no Pacífico Ocidental. Inúmeros especialistas, muitos deles norte-americanos, têm denunciado esta falácia, que ignora a lógica da dissuasão que não desapareceu com o fim da Guerra Fria. Quer o Irão, quer a Coreia do Norte ou qualquer outro parceiro nuclear menor, sabe que uma agressão nuclear daria lugar a uma resposta que os eliminaria do panorama internacional. A AN é má em si mesma e não em função do Estado que a detém. O que favorece ou impede a sua utilização é o quadro geoestratégico internacional e é do domínio público que, até hoje, o único Estado que a ela recorreu contra outro foi os EUA, referência dos países democráticos, em Hiroshima e Nagasaki. Fê-lo porque as condições eram propícias, porque tinham então o monopólio da bomba. Desde que o monopólio desapareceu impôs-se a lógica da dissuasão e a AN nunca mais foi usada.

Segundo, porque com o Irão e a Coreia do Norte dispondo da AN mais facilmente esta pode cair nas mãos de grupos terroristas. Também sobre esta matéria há estudos fundamentados e insuspeitos, que aqui não posso desenvolver e que provam que, mais uma vez, estamos perante uma argumentação viciada. Qualquer desvio ou doação de AN também é susceptível de represálias como se de um ataque nuclear se tratasse.

A hipótese de grupos terroristas terem acesso a ADM e, nomeadamente, à AN é, de facto, a maior ameaça que hoje paira sobre a humanidade, porque a natureza dos grupos terroristas permite-lhes furtarem-se à lógica da dissuasão. Mas, consideram muitos especialistas que, ironicamente, quem está a promover os riscos de AN caírem em mãos terroristas são as grandes potências nucleares, EUA e Rússia que têm em curso programas de aperfeiçoamento incidindo na miniaturização dos engenhos – é principalmente por aí que violam o TNP –, tornando-os mais pequenos, mais baratos, mais simples, mais facilmente transportáveis e com códigos de aprontamento menos sofisticados. São estas AN que reúnem características que as tornam susceptíveis de irem parar a possuidores indesejáveis.

A proliferação nuclear é uma ameaça real. Estou de acordo. E, por isso, penso que a forma como está a ser tratada a emergência de novas potências nucleares, repetindo os erros do que se passou com a Índia e o Paquistão, é uma oportunidade perdida para, finalmente, haver um empenhamento deliberado e equilibrado na aplicação do TNP, quer na sua dimensão horizontal impedindo novos possuidores, quer na sua dimensão vertical desarmando os já possuidores. Só a concretização de uma legitima a exigência da concretização da outra.

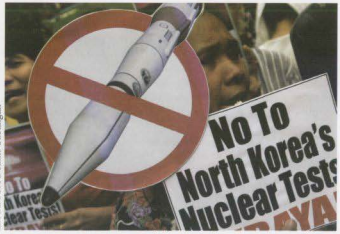
Alguns analistas radicais combatem os defensores da via negocial afirmando que Teerão não quer negociar mas apenas ganhar tempo. O problema é que as potências ocidentais ainda não mostraram querer negociar. Têm pressionado o Irão para ceder às suas exigências, mas negociar é dar e receber e ainda não se descortinou o que é que se dá em troca. E o que se pode dar é os Estados possuidores, incluindo Israel, anunciarem medidas concretas que correspondam ao cumprimento da dimensão vertical do TNP.

A contra-proliferação é, não só e como já disse, a negação da não-proliferação como, perversamente, o maior contributo para a proliferação, já que é a posse da AN que pode constituir o instrumento mais eficaz para dissuadir a intervenção armada que está na lógica da contra-proliferação.

* * *

Seria interessante se este Editorial pudesse servir de pretexto para que as páginas de *O Referencial* se abrissem ao debate deste tema, de forma fundamentada, esclarecida e esclarecedora, coisa que, lamentavelmente, tem estado totalmente arredada dos vários órgãos de comunicação social.

EPA/ACTA Handshot



EPA/LUSA Dennis Sabangan

Os bons e os maus das fitas

JOSÉ CARDOSO FONTÃO

NOS MEUS DEZASSEIS anos, tinha ido parar ao Liceu Camões onde fazia coro com os antinazis e me deixei cativar pela candidatura Norton de Matos. Por isso e também chocado pelos horrores do Holocausto, me aproximei com uma fraternidade muito assumida dos colegas judeus que lá havia, vivendo nesse ano crucial de 1948 a criação do Estado de Israel, como se fosse um deles.

Havia nisto muito romantismo, sem dúvida, mas também traduzia a entrega a essa causa que me parecia justa e acabou por me saltar da boca uma pergunta tola: "E se a gente se oferecesse para combater lá?"

Espantou-se o meu interlocutor judaico, mas depressa lhe chegou a resposta à ponta da língua: "Gente para isso tinham lá muita, só precisavam de dinheiro".

Era prosaica a resposta, mas natural e lá continuei por muitos anos sintonizado com a causa judaica, sem me aperceber que o Estado de Israel deveria ter sido uma Palestina multicultural pacífica, como foi sempre, até ao triunfo do que parecia uma fantasia sionista, graças à falta de uma vontade forte e mais justa do colonizador.

Nessa altura, estava longe de conhecer os problemas dos "outros", os que queria afrontar, pior ainda, de saber que para um judeu era tão outro como eles, sem atestado de matrilinearidade que me sagrasse entre o "Povo Eleito".

Este sistema de parentesco é importante nas sociedades arcaicas, neste caso como prova da descendência de Isaac, tenha ele existido ou não, existam ou não estudos sequenciais sobre o cromossoma Y ou do ADN mitocondrial que não coincidam com tal história. Os judeus tradicionalistas não perfilham o racismo, mas conseguem, com esta aberração, descolar do resto da humanidade do modo mais fundamentalista possível e é bom nunca esquecer que daqui partiu a sua rejeição dos árabes dentro da família semita a que todos pertencem.

Tudo isto é passado. Israel tornou-se um Estado bem-sucedido em muitos aspectos e sou dos que acreditam num futuro para ele, mas também não precisamos de fazer coro com Esther Mucznick, pois os "ses" não existem de facto, embora nos façam pensar, tal como os "mas" nos fazem ser justos, duas coisas essenciais para resolver a trapalhada em que fomos metidos com muitos *his master voice*, pelo meio.

Por coincidência veio Günter Grass à ribalta e então também me lembrei de Macau, em 1945, com os japoneses à nossa volta e os sustos da guerra porque passámos. Quando caiu a bomba de Hiroshima para gáudio de todos os adultos à nossa volta, fiquei feliz como eles, antevendo o regresso a um Portugal mítico, que até acabaria por me desiludir um pouco com a sua sociedade beata, mesquinha e conservadora.

A verdade é que os meus primeiros heróis foram os "Marines" americanos, do cinema capteio *o american way of life* como modelo e até lia os *Reader's Digest* algo embevecido.

Hoje sei que os aliados da II Guerra Mundial seguiram as pisadas de uma lepra nazi iniciada em Guernica, pondo de lado os pruridos dos exércitos modernos na tomada das populações como objectivos militares e mesmo um certo espírito cavalheiresco que a Sociedade das Nações tinha acolhido. Assim se chegou ao massacre atómico no Japão, expoente máximo da violência sem regras onde cabiam muitas torres gémeas, quando o lançamento de uma bomba em alvo diferente teria sido suficiente.

Estive portanto solidário com dois factos históricos que foram negros para vários povos do mundo. Ao tempo, inserido de modo convicto no campo anticomunista, o meu percurso natural, seria o de reforçar a crença na América para liderar o mundo novo das nossas expectativas, continuando a ver os israelitas como principal fermento antinazi e humanitário saído das cinzas da guerra.

Condenar veementemente os atentados contra civis é da mais elementar sanidade mental e moral. É arrepiante o aniquilamento de um edifício com milhares de pessoas, como de uma cidade inteira, de bairros, de casas, com gente lá dentro ou que se escorraça. A bomba num comboio, ou o missil numa zona habitada, são da mesma natureza cobarde, enquanto o acto do bombista suicida não o é, mas padece de outra odiosa lepra da humanidade, o fanatismo religioso

As pessoas mudam, ou não mudam, em função da sua consciência, como em função dos seus interesses. Em matéria de pensamento, o imperativo de consciência confunde-se com a substância da democracia. Neste caso o que muda não é o respeito pela grande nação americana e por Israel, pois mantemos a esperança de que os seus povos não continuem a apostar em falcões. É em relação às suas políticas que mudámos e a um sentimento de justiça para com todos os povos envolvidos.

Convirá, desde já, salientar que a estratégia tem uma base teórica e ensinamentos da história que não se devem considerar destituídos de sentido. A realidade, porém, mostra que ela funciona mais como uma ciência-banha-de-cobra, ou seja, as estratégias não se definem com base em critérios de elevada sustentação lógica e de uma razão inatacável, principalmente, do ponto de vista moral e humanitário.

Quem possui os meios e uma intenção que seja da sua conveniência, inventa a estratégia que melhor lhe convenha. Para tecer loas, aparece sempre gente que exibe capacidades mirabolantes de argumentação com uma abstracção pecaminosa nas suas teorias. Ao contrário de Günter Grass, parecem seres destituídos de consciência e de equidade, quer apoiem guerras, quer actos vândalos, continuam a manter um palavreado de grandes educadores.

Claro que não foram apenas os Aliados a aproveitarem-se do "terror", da coacção brutal sobre as populações civis, para obter efeitos decisivos e vergar os adversários, forma selvática e eminentemente cobarde de conduzir uma guerra quando se escolhem esses alvos ou quando se mata indiscriminadamente para poupar nas nossas baixas.

Sob várias capas, a defesa da democracia, do socialismo, da civilização ocidental, dos oprimidos, do direito à existência de uns povos contra os outros, do Islão e por aí fora, todos se barricam num discurso ideológico dos bons contra os maus. Nesse aspecto venha o diabo e escolha. Todavia, é preciso asseverar de modo enfático que esta hipocrisia não é inerente a qualquer daquelas invocações que fazem, há apenas interesses ou fanatismos que nelas se encobrem.

A recente invasão do Iraque onde os americanos entraram como mongóis, bem como a do Líbano, onde os israelitas entraram como os nazis na Polónia e Checoslováquia, são bons exemplos disso mas, também a outros se deve uma sucessão dramática de guerras sujas, escusadas, obscenas pelos interesses que as moveram e pelas quais nunca tantos pagaram tanto por tão pouco, ou mesmo nada.

No caso do Líbano custou-me bastante ver um exército, que nunca deixei de respeitar, atolado numa guerra tão vil. Ao contrário da falcoaria política israelita, os militares, com uma ou outra escorregadela, foram cumprindo as suas directivas com peso e medida, no fio da navalha, nos limites da contenção, em acções dificílimas de planear e de executar. Mantiveram-se também austeros, sem pompas e exibicionismo, alheios ao prussianismo de que o mundo militar está infestado. Nada disto é fácil e por isso os admiro tanto.

Agora, receio que os chefes militares tenham embarcado naquela aventura guerreira

sem sentido, sem ética e sem contenção. Aliás, também na Palestina ocupada os métodos descambaram para formas que nada têm a ver com a dignidade militar.

Os militares portugueses tiveram a experiência do respeito pelo adversário. Oficialmente, foram "terroristas" até ao fim, mas a qualidade de guerrilha foi-se impondo ao nosso espírito e quantas vezes nos saiu da boca um apreço pelo guerrilheiro que recusávamos ao Américo Tomás ou ao Estado-Maior. Por isso, foi tão fácil o desfazer da guerra entre nós.

Não sei se falo em vão ao desejar nos sinais desta péssima aventura militar israelita, que parece ter trazido o mesmo respeito pelo adversário, uma outra distensão entre os opositores, exactamente, por se respeitarem.

A diferença entre um dominador e o dominado, entre um invasor e o invadido não tem nada de subtil, é brutal. Nós, Portugueses, já fomos dominadores e, felizmente, encerrámos esse capítulo, ganhando uma outra dignidade. Também sabemos o que é ser invadido e como se vivem centenas de anos com o adversário tradicional ao nosso lado. Hoje mataram-se as fronteiras e os medos.

Daqui a mil anos, Israel ainda terá os actuais vizinhos; ou será que vai fazer por não os ter? Ou será que vai fazer alguma coisa para a guerra não crescer em sujidade, olho e dente de cá, olho e dente de lá? Uma coisa é certa, são os dominadores e invasores, ao menos que se retirem como fizeram os castelhanos em Portugal, apesar de serem mais poderosos. Porque não sustentam a guarnição dessa fronteira por forças internacionais?

Condenar veementemente os atentados contra civis é da mais elementar sanidade mental e moral. É arrepiante o aniquilamento de um edifício com milhares de pessoas, como de uma cidade inteira, de bairros, de casas, com gente lá dentro ou que se escorraça. A bomba num comboio, ou o míssil numa zona habitada, são da mesma natureza cobarde, enquanto o acto do bombista suicida não o é, mas padece de outra odiosa lepra da humanidade, o fanatismo religioso.

O "Satã Americano", os "Eixos do Mal" e outros mestres de violência, são iguaizinhos nos ódios que suscitam. Não me venham dizer, os das respectivas maleitas leprosas, que tenho de defender estes para atacar aqueles, ou vice-versa.

É preciso não agir "à bruta", barbárie contra barbárie, mas com inteligência e até subtileza, no repúdio do belicismo, das jihad, das cruzadas, na recusa de cindir a civilização humana, na reposição das éticas políticas e militares que até já tinham sido conquistadas, etc.

O que temos de fazer, "Nós Homens Livres", é, desse modo, combaté-los a todos. ■

Lasa/Rabitdaher

Junto do poço, para onde os guerrilheiros do PAIGC lançavam os cadáveres dos seus mortos.

Ainda as cicatrizes dos bombardeamentos portugueses.

A. MARQUES LOPES

NO PRINCÍPIO do mês de Abril deste ano, eu e mais três ex-combatentes decidimos partir, do Porto, numa viagem até à Guiné-Bissau, a Guiné onde tínhamos os quatro combatido. Fomos por terra, de jipe. Os precalços habituais numa viagem deste género por aquelas terras de África (Marrocos, Sara Ocidental, Mauritânia e Senegal): grandes problemas levantados e fabricados pelos guardas fronteiriços, mas todos eles resolvidos com dinheiro e outras prendas, o jipe enterrado na areia, mas resolvido com a ajuda de uns tuaregues... Mas o que mais sentimos foi terem-nos retido na alfândega de Marrocos, em Tânger, mais de duzentos quilos de medicamentos que levávamos para entregar a dois médicos portugueses que trabalham como cooperantes no Hospital Simão Mendes, em Bissau. Apresentaram-nos alguns pretextos não convincentes, mas apercebemo-nos que a razão fundamental era que não pudéssemos entregar os medicamentos à Frente Polisário do Sara Ocidental. E, nesta região, fomos, de facto, controlados doze vezes, quer por polícias quer por militares.

Mas chegámos à Guiné-Bissau, e por lá andámos durante quinze dias. Fomos a vários locais, mas o meu objectivo principal era ir a uma base do PAIGC na região do Oio, Sinchã Jobel, local onde a companhia em que estive como alferes, em 1967, não conseguiu entrar, apesar de seis operações feitas para isso, duas delas em conjunto com uma companhia de comandos. Era meu desejo também que o comandante dessa base, que eu sabia ter sido o Lúcio Soares, me pudesse acompanhar nessa visita ao passado.

E jantei com ele num restaurante de Bissau, o Colete Encarnado, de um ribatejano. Não tenho pejo em dizer que fiquei algo emocionado em estar frente a frente com o chefe guerrilheiro que montou uma emboscada que me fez estar uma noite inteira na bolanha de Sinchã Jobel e que, mais tarde, fez com que eu fosse nove meses para o HMP. Mas falámos sobre isso calmamente, como coisas do passado comum, embora em lados, então, opostos. Chegámos à conclusão que tínhamos andado aos tiros um ao outro, eu com 23 anos e ele com 25, eu na missão que me fora cometida, ele com o objectivo muito definido de lutar pela independência da sua terra. Mostrou ser um homem calmo e comedido. "É pena que você tivesse sido ferido, que tivesse havido tanta morte, dum lado e doutro", disse-me ele. Concordámos que teria sido melhor se as coisas não se tivessem passado daquela maneira, que era melhor ter-se encontrado uma outra forma de resolver o conflito imposto.

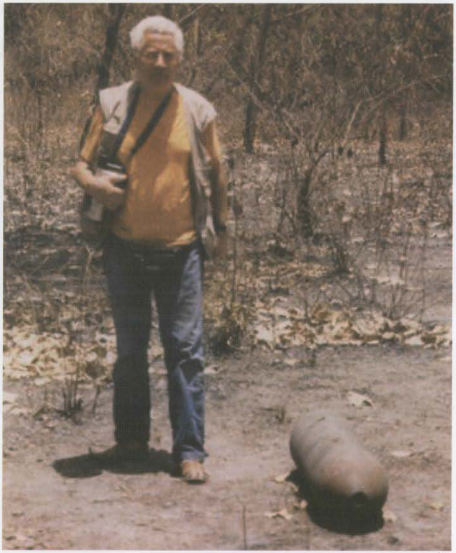
Contou-me algumas coisas do seu percurso. As "baracas" foram montadas em Sinchã Jobel em Maio de 1967 e, a propósito, pergun-

Encontro com o "IN"

tou-me se eu, quando lá fui em 24 de Junho, já sabia que eles lá estavam. Disse-lhe que "eu" não sabia, mas que soubera depois que fora lá mandado para confirmar se era ali que eles estavam, por isso a operação se chamou "Jigajoga" (cabra-cega). Enquanto lá esteve, o Gazela era o seu comissário político (tinha morrida há cerca de três meses). No princípio de 1968 saíu para ir comandar a base do Morés, passando o Gazela a comandar Sinchã Jobel. Em 1970, o Gazela foi comandar uma zona a sul. Após o 25 de Abril, disse-me que integrou o grupo de Pedro Pires, em Londres, para negociar a formalização da independência. Mais tarde, foi ministro da Defesa do governo de Luís Cabral. Após o golpe de Nino Vieira, em 1980, exilou-se em Cabo Verde, onde esteve durante 14 anos. Regressou depois e está, agora, reformado como coronel (mantém o nome "comandante" porque é histórico). Contou-me que sofreu uma emboscada em 1968 na zona de Sambuiá, quando se dirigia ao Senegal. "Talvez tenha sido eu", disse-lhe, "é que, nesse ano, o corredor de Sambuiá era uma das zonas de actuação da CCAÇ3, companhia de guineenses em que eu estava integrado, após regressar do hospital".

Perguntei ao Lúcio Soares se podia ir comigo a Sinchã Jobel, mas ele disse que não tinha disponibilidade. Curiosamente, quando estávamos já a comer, entraram dois polícias no Colete Encarnado e ficaram numa mesa atrás. A certa altura, o Lúcio Soares foi à casa de banho e, quando voltou, deu com os polícias. Foi quando me disse que não podia ir comigo à base que comandou e, de seguida, se levantou e se desculpou pois tinha de se ir embora. Os polícias foram de seguida.

No dia seguinte fui eu a Sinchã Jobel. Era uma catarse necessária. Fui por Sare Banda, que fica a cerca de três quilómetros do lado norte e que, nos tempos da guerra, era uma grande tabanca, fruto do reordenamento da zona, mas que é, agora, pequena, pois a população distribuíu-se por outras tabancas após a independência. Andei de jipe pelos carreiros da mata, com dificuldades, obviamente, mas cheguei lá. A clareira de Jobel (onde eu sofri a emboscada a 24 de Junho de 1967) tem, agora, uma pequena tabanca. Aí encontrei dois ex-guerrilheiros, o Darami e o Mulé, que se prontificaram a indicar-me onde era a base. Esta ficava dentro da mata, a duzentos metros da clareira, para norte. A sul da clareira há duas bolanhas e um rio. Depois da última operação foi considerada ZLIFA e os sinais estão lá a assinalar a nossa actividade aérea: a grande bomba e os buracos nas árvores. Disse o Darami que conseguiram rebentar várias, mas aquela não. Que "muitas bombas caíam das árvores e não rebentavam", isto é, penso eu, batiam nas árvores e caíam não em posição adequada para detonar. Duas coisas me indicou o Darami: uma, está ele de cócoras, "ali em frente, no tronco daquele poilão, era o posto de vigia, que via logo se vinha alguém na clareira ou perto dela"; outra, está ele a dizer-me "aqui, por baixo deste arbusto, está um poço para onde lançávamos os mortos, pois não havia tempo para fazer covas individuais", e está lá o poço, coberto de arbustos e já tapado com terra (foto "cemitério"), e eu para mim que "lá estarão os corpos do alferes, morto em 16 de Outubro de 1967, e do soldado morto em Dezembro desse ano, cujos corpos não foi possível recuperar durante essas operações. "Mutatis mutandi", evidentemente, ficou-me também a pena de as cabeças pensantes terem insistido em iniciar todas as seis operações pelo lado sul, fazendo cambar as bolanhas de Sucuta e Canhagina e o rio Gambiel. Teria sido melhor, se calhar mais fácil, ter ido por onde eu fui, por dentro da mata, a norte, tanto mais que em duas dessas operações entrou a tropa especializada dos comandos.



O autor junto de um engenho português não despoletado.

Como diz o meu amigo professor Luís Graça, da Universidade Nova de Lisboa, e também ex-combatente na Guiné, "esta foi uma oportunidade excepcional de conhecer os rostos daqueles a quem chamávamos o IN... Pois o IN tinha rosto, eram homens (e mulheres) de carne e osso, como nós, que combatiam pelas suas razões (...) Reencontrá-los, apanhá-los ainda vivos e lúcidos, pô-los a falar, ouvi-los, saber por onde andaram, reconstruir a sua história de vida como guerrilheiros, sentir a pulsão das suas emoções, paixões, alegrias e medos, mexer com a sua memória, fazer as pazes com eles (...) é uma tarefa urgente e imprescindível para que a nossa missão, agora de paz, se cumpra definitivamente (...)" e falar com eles em português de iguais para iguais.

Regressar à Guiné, ver aquele povo maravilhoso e amigo, ir aos locais onde passei a minha juventude, é reencontrar o meu passado marcante, é não descartar do sentimento do que é importante na vida e nas pessoas. ■

Cruzeiro na Rússia

Palácio Pushkin; São Petersburgo;
Praça Vermelha – Museu de História; Kizhi.

A Associação concretizou a anunciada viagem à Rússia durante o último mês de Junho.
Face ao elevado número de adesões e às dificuldades em conseguir lugares para todos, houve que organizar dois grupos que viajaram desfasados de doze dias.
O primeiro grupo, constituído por cinquenta e dois sócios e familiares, fez o percurso de Moscovo para S. Petersburgo, com trinta e nove participantes, enquanto o segundo fez o percurso inverso.
Com a publicação das impressões de viagem do nosso associado Machado dos Santos, salientamos o facto de o programa da viagem ter sido igual para os dois grupos.
Porque a A25A continuará a organizar viagens – para 2007 estão previstas uma ida a Cabo Verde e outra ao Oriente – deixamos os nossos agradecimentos públicos ao nosso consócio Sebastião Goulão, pelo trabalho desenvolvido, agora que deixou de nos prestar essa colaboração.

A Direcção

CARLOS MACHADO DOS SANTOS

TEM VINDO A SER hábito, após as viagens turístico-culturais promovidas pela nossa Associação, recolher as impressões dos vários membros do grupo excursionista, com eventuais comentários, críticas ou sugestões à forma como o evento decorreu, bem como ao conteúdo social, lúdico ou cultural de cada um deles. Desta feita, na sequência de lamentável engano na emissão de um título de passagem aérea o signatário, coordenador do grupo, regressou em vôo distinto dos restantes membros, o que teve como consequência a impossibilidade da recolha dos impressos previstos para a expressão de opiniões, sendo de todo inviável conseguir fazê-lo "a posteriori".

Assim, baseado na sua própria experiência, no texto gentilmente enviado por um companheiro do norte e na troca de impressões com outros elementos do grupo com quem mais frequentemente convive, ousou o autor tecer sobre a viagem do segundo grupo (sentido S. Petersburgo-Moscovo) um certo número de considerações que, embora crendo expressarem o sentimento da maioria dos participantes, arriscam conter características polémicas, por um certo cunho pessoal não poder deixar de lhes ser percutido.

O cruzeiro. Numa opinião exclusivamente fundamentada pelo exercício das funções que resultaram da minha nomeação como coordenador "ad hoc", considero que o melhor da viagem foi... o Grupo. A cordialidade, simpatia solidária, compreensão e, até, uma certa bonomia na aceitação de algumas contrariedades que sempre surgem nestas ocasiões, características da generalidade dos companheiros de viagem, facilitou sobremaneira as pequenas tarefas de que eu estava incumbido, o trabalho dos guias e assistentes de viagem e, sobretudo, ofereceu um cunho de optimismo e de boa disposição ao decorrer do cruzeiro, mesmo quando de algumas visitas mais monótonas e de temática repetitiva.

Esta última referência vem a propósito daquilo que cremos caracterizar a actual política russa, cuja transposição para a actividade de recepção ao turista, assenta em três pilares que, diplomaticamente, os guias se preocupam em transmitir:

1. O ressuscitar do período histórico anterior à revolução de 1917 e o consequente branqueamento dos comportamentos do consulado dinástico Romanov, que conduziram progressivamente o povo russo a uma aviltante miséria;
2. A devolução da importância que a religião, representada pela igreja cristã ortodoxa russa, teve no sustentar do czarismo, salientando o seu papel determinante na reacção ao regime socialista e voltando actualmente a figurar, na prática, como religião oficial de estado;
3. A tentativa de votar ao ostracismo a história recente da grande Rússia, quer sob a forma de União Soviética, quer posterirmente, com a consequente completa omissão dos importantes contributos dados à humanidade durante esse período, quer se concorde ou não com os sistemas políticos que os determinaram. Destaquemos:
   a) A vitória sobre o nazi-fascismo na 2.ª Guerra Mundial, apelidada de Grande Guerra Pátria pelos soviéticos;
   b) Os avanços tecnológicos e a conquista do espaço, esta um pouco despoletada pela "Guerra Fria", de responsabilidade compartida com o ocidente capitalista;
   c) As conquistas de direitos cívicos, sociais e económicos das populações trabalhadoras dos países ocidentais, por mor da existência de partidos comunistas e de organizações sindicais fortes, inspiradas e apoiadas no sistema soviético.

Daí que, frequentemente, as visitas a palácios, igrejas e mosteiros fossem acompanhadas de fastidiantes prédicas, por parte dos guias, envolvendo histórias de milagres processados por ícones e episódios secundários das vidas dos czares, com frequente prejuízo do essencial sobre o contexto ▶

Cruzeiro na Rússia

histórico e a caracterização sócio-económica das épocas em que os monumentos foram edificados e dos factos realmente relevantes a eles ligados.

*

Torna-se evidente a dificuldade de um operador turístico ocidental determinar e programar com rigor, para um grupo com ambições predominantemente culturais e sociais, um programa específico ou, pelo menos, ajustado às características desse grupo, no actual panorama político e socio-económico que caracteriza a Rússia. Por outras palavras, não se vê exequibilidade de, numa excursão programada de doze dias, satisfazer a curiosidade de conhecer algo de concreto sobre os costumes, a ideologia, as convicções e as perspectivas dos russos quanto ao futuro, daí resultando uma certa frustração às expectativas criadas pela possibilidade de conhecer a Rússia por dentro.

Os contactos com as populações e a sua cultura são muito superficiais, agravados pela barreira linguística, pois são raros os russos do povo que se façam entender fora do seu idioma. Atesto no entanto que, perante o programa, não existiu oportunidade para mais.

Tive a ocasião de conhecer as duas principais cidades visitadas, as maiores da Rússia, aliás, numa época passada e sob um sistema político diferente. Estava perfeitamente consciente que, devido às transformações sofridas e à minha simpatia pelo anterior regime, iria confrontar-me com uma situação social distinta e ter de suportar os sentimentos da frustração e da amargura. Assim foi e, portanto, nesse aspecto, não me senti defraudado. Chocou-me, sim, a evidência do novo-riquismo ostentando-se perante a penúria de uma parte da população, que pede esmola; incomodou-me a percepção do controlo de algumas actividades económicas, designadamente a turística, que nos dizia directamente respeito, por organizações à margem do Estado (vulgo "mafias"); ofendeu-me o facto de se estar a dispender verbas fabulosas na recuperação de igrejas, algumas delas de contestado valor arquitectónico, quando pululam indigentes na sua vizinhança.

A substituição do sistema de segurança social pelo caritativo da insegurança de uma esmola é mais do que evidente. Oh, alegria expontânea do povo russo, quem te viu e quem te vê!

Turisticamente falando, o esquema da viagem está, genericamente, bem delineado: dois dias e meio em cada uma das grandes cidades (a de partida e a de chegada) e seis dias de cruzeiro através de lagos, rios e canais artificiais, com visitas aos principais locais e monumentos das grandes cidades e aos elementos e aspectos mais significativos dos pontos de

Parte de um dos grupos no metropolitano de Moscovo.

escala. Portanto, nada a dizer sobre a programação: os locais, as paisagens e os monumentos estão lá, alguns até exímiamente restaurados; simplesmente, os cicerones é que não corresponderam ao que, geralmente, se esperava deles. Obedecem a um certo estereotipo: são monótonos, repetitivos e, de uma maneira geral, fogem, fingindo muitas vezes não entender, às perguntas mais profundas ou de cariz eminentemente político, denotando incomodidade perante elas. Até nos tocou um guia acompanhante de todo o percurso excepcionalmente indolente e, por vezes, negligente, apesar de afável e delicado. É estranho que tenhamos navegado durante cerca de dois dias através de um sistema de canais artificiais eclusados, ligando a região dos grandes lagos do norte à bacia hidrográfica do Volga, constituindo a maior obra de hidráulica fluvial construída na

VIAGEM A CABO VERDE

Está em preparação uma viagem a CABO VERDE, a realizar em Maio de 2007.

Pretendemos incluir, entre outras, visitas às ilhas:
SANTIAGO - FOGO - S. VICENTE - SAL

Mantenha-se atento.

Logo que tenhamos o itinerário e preços,
faremos a sua divulgação via net.

Informe-se junto da Secretaria e forneça-nos o seu e-mail,
para mais facilmente o contactarmos.

Esperamos a sua adesão.

O outro grupo.

Europa (talvez, mesmo, no mundo) entre as duas guerras e não tenha sido feita qualquer referência ao engenho e à arte postos na sua execução. Pudera, os símbolos com a foice e o martelo que rematam as sedes de comporta de algumas das eclusas estão encapuçados com sinistras peças de tecido grosseiro!

As condições de habitabilidade do barco são assaz precárias, a começar pela exiguidade dos camarotes, principalmente os individuais. A alimentação foi francamente razoável, mesmo a raiar o bom e o serviço de copa, mesa e câmara, impecável. As actividades para ocupação dos tempos livres foram quase inexistentes, pelo menos para o nosso grupo, talvez devido à incapacidade do guia. Reparamos que alguns dos grupos de outros idiomas, designadamente o noroeguês e o italiano eram efectivamente assistidos pelos respectivos guias. Tentei, por várias vezes, chamar a atenção do nosso guia para estes e outros assuntos mas, sempre que o fazia, ele desfazia-se em pedidos de desculpa e em promessas de melhoria, desconcertando-me de imediato. Tivemos a sorte de, ao menos, não ter ocorrido agitação durante a travessia dos lagos e de dispormos, quase sempre, de sinal televisivo suficiente para assistir aos principais jogos do campeonato mundial de futebol.

O trajecto do navio foi efectuado, sucessivamente, através do rio Neva, lago Ladoga, rio Svir, lago Onega, canais Kovja e Cheksna que, com o lago Branco entre si, efectuam a ligação à grande albufeira de Rybinsk e ao Volga, navegando-se então neste rio até derivar para o canal de Moscovo, que constitui um aproveitamento alargado e dragado do leito do rio Moskva (que deu o nome à cidade de Moscovo). Ao longo deste percurso, com um total de cerca de 1700 milhas marítimas, foram efectuadas cinco escalas, com interesses e curiosidades diversos, a saber:

- Mandrogui, de interesse etnográfico e artesanal, constituída pela reprodução deuma vila tradicional da região;
- Ilha Kiji, de interesse religioso, com a curiosidade de constituir um isolado e antigo local de culto e peregrinação, possuindo uma monumental igreja maneirista (passe o termo) e vários edifícios mais pequenos, todos construídos de madeira;
- Goritsy, com interesse igualmente religioso e artístico, ostentando um imponente mosteiro fortificado, na margem do Cheksna;
- Yaroslav, cidade importante, de interesse histórico e admnistrativo, sendo ainda actualmente, capital de distrito;
- Ouglitch, cidadezinha curiosa, situada na margem do Volga, tradicional estância de férias da alta nobreza moscovita, que aí deixou muitos e curiosos vestígios arquitectónicos e artísticos.

Conforme já referido, as visitas a S. Petersburgo e a Moscovo, além das habituais panorâmicas, incidiram sobre os espaços e os monumentos mais significativos das cidades, com uma exagerada predominância de igrejas e de locais ligados ao czarismo, em desfavor de museus (Ermitage, meio dia; Pushkin e Histórico Russo, nada) e de memoriais relativos a factos da história contemporânea.

E lá partimos da Rússia através do inqualificável aeroporto de Cheremetyevo, que parou no tempo em mais de duas décadas, sem sabermos ao certo se por aquele imenso país passou ou não uma revolução que abalou o mundo, pondo em prática um sistema político teorizado cerca de um século antes e que, quer queiramos, quer não, determinou a história mundial durante sete décadas do século XX. ■

VIAGEM AO ORIENTE

Está em preparação uma viagem ao ORIENTE, a realizar em Outubro/Novembro de 2007.

Pretendemos incluir, entre outras, visitas a:
MACAU - HONG-KONG - PEQUIM - XIAN - XANGAI - GUILIN - LHASA (Tibete)
Com possível extensão à Tailândia

Mantenha-se atento.

Logo que tenhamos o itinerário e preços, faremos a sua divulgação via net.

Informe-se junto da Secretaria e forneça-nos o seu e-mail, para mais facilmente a(o) contactarmos.

Esperamos a sua adesão.

Memória: Uma Exigência Democrática!

MONTEIRO VALENTE

A DEMOCRACIA ESTÁ DOENTE. Passados trinta e dois anos sobre a data em que «emergimos da noite e do silêncio» regressou a desilusão e a apatia política, a falta de confiança e de esperança no futuro. Será que Eduardo Lourenço tem razão quando fala da "descentragem permanente dos portugueses" e da sua "total ausência de interesse pela «ideia de Portugal» que tenha qualquer conteúdo além do da sua representação"? Ou não será esta situação resultado, mais propriamente, da generalização do sentimento de que o voto já não faz a diferença, que os deputados representam mais o partido do que os eleitores, que o poder está demasiado centralizado no governo, e que tudo se joga entre dois partidos entre os quais, progressivamente, as diferenças são cada vez menores? E também, por outro lado, de um propósito deliberado por parte de uma certa classe política, mais interessada em reduzir a democracia à sua componente representativa do que em valorizar a cidadania e aprofundar a participação cívica?

Perante este quadro sombrio, parece pertinente perguntar até que ponto é que o passado será um peso morto para os portugueses, pois, como lembra José Gil, "a crise nacional assenta, na sua génese, numa preocupante falta de memória".

Falta de memória sobre o que foram quarenta e oito anos de ditadura, de assassínio, degredo, prisão arbitrária, repressão violenta e tortura dos opositores políticos, privação de direitos fundamentais, censura, devassa da vida privada, miséria em larga escala, analfabetismo generalizado e emigração clandestina para sobreviver; falta de memória sobre o que foram treze anos de uma injustificada guerra colonial, onde se exauriram gerações sucessivas de portugueses e africanos, irmanados numa mesma e trágica luta que haveria de levar à libertação de uns e outros; falta de memória, também, sobre o que foi a gesta dramática e heróica de rebeliões militares, tentativas revolucionárias, combates políticos, levantamentos operários, lutas camponesas, reivindicações sindicais, movimentos culturais, greves académicas, manifestações estudantis e outras formas de resistência e contestação ao regime que este nunca conseguiu de todo conter.

Mas falta de memória ainda, e não menos importante, sobre as circunstâncias que conduziram à ditadura e ao fracasso da resistência. Convirá lembrar que desgraça da I República residiu, em boa parte também, no próprio Partido Republicano. Os seus líderes não souberam promover as transformações económicas e sociais que o País carecia, nem o alargamento das bases populares de apoio ao novo regime. A sua actuação política, especialmente a partir dos anos vinte, falha de grandeza nos objectivos e excessivamente corruptora nos processos de captação de apoios, seria ditada, sobretudo, por uma ânsia desmedida de poder que redundaria num novo caciquismo e clientelismo político. Os democráticos - que detiveram a maioria nas duas câmaras do Parlamento desde 1922 e os únicos que conseguiram sempre governar sozinhos - não foram capazes, apesar disso, de encontrar respostas para os problemas nacionais e para as expectativas criadas, fixando-se uma prática política conservadora, perdendo progressivamente o apoio popular, especialmente ao nível urbano, e acabando por colocar todos contra a «ditadura do partido único» de António Maria da Silva. E, no entanto, ganharam as eleições legislativas de 1922 e 1925, e estas últimas com maioria absoluta! Apesar de um passado revolucionário, importantes figuras republicanas acabariam por derivar para um ideário nacionalista e por se render às virtudes de uma «ditadura de reformas» e ao mito salvador das forças armadas, renegando a histórica feição patriótica e democrática da matriz fundadora do Partido Republicano. Esquecendo os ideais da liberdade e da cidadania, de que haviam feito bandeira, quase todos os republicanos reclamavam agora, sobretudo, ordem pública, estabilidade política, equilíbrio financeiro, eficiência económica e governo de competência - o mesmo precisamente que exigia toda a oposição anti-republicana. E, com as suas ilusões, equívocos, divisões, compromissos e calculismos, acabariam por abrir as portas à ditadura e contribuir para a perpetuar no poder.

Só grande distracção, excessiva confiança democrática ou aferrada militância partidária não farão reparar num preocupante reaparecimento nos nossos dias de sinais muito próximos daqueles que antecederam o 28 de Maio, ainda que de forma subtil nalguns casos: falta de consistência partidária, perda de credibilidade do sistema representativo, deriva liberal da governação socialista, incidência de pactos de regime à direita, descontrolo das contas do Estado, pressão dos grupos económicos, radicalização do discurso político, limitação do diálogo e da concertação social, menosprezo pelos movimentos cívicos, aumento da corrupção, do nepotismo e do clientelismo, promiscuidade entre o político e o económico, escalada da contestação social, tendência autoritária, enraizamento do mito providencialista, reforço do projecto presidencialista, recuperação do nacionalismo e do culto das forças armadas.

Estará a Segunda República a seguir os passos da Primeira?

Mais memória, precisa-se! É uma exigência democrática! ■

«Tratado de Ciência Militar» – Vegécio «A Arte da Guerra» – Sun Tzu

FALCÃO DE CAMPOS

EM BOA HORA as Edições Sílabo decidiram iniciar a publicação em português das principais obras clássicas do pensamento estratégico, embora nem todas, como é exemplo a obra de Vegécio recentemente publicada, possam totalmente merecer tal designação. Com excepção do Capítulo XXVI do Livro Terceiro dessa obra, dedicado às regras gerais da guerra, trata-se mais de um tratado sobre táctica e logística do que propriamente sobre estratégia. O grande interesse desta publicação reside sobretudo no facto de ser uma obra pouco divulgada em Portugal, lacuna que é assim preenchida.

Considera-se algo curiosa a escolha do título em português, que se admite ter sido influenciada pela obra do inglês Milner, fugindo à tradicional designação de arte da guerra, porventura para evitar a repetição do título de outras obras clássicas já antes publicadas na colecção.

Igualmente curiosa a supressão do Livro Quinto e a inclusão da sua matéria no Livro Quarto. Sem pôr em causa os argumentos apresentados em nota de rodapé para justificar tal escolha, gostaria de recordar que no prólogo ao Livro Quarto só é feita referência à arte das fortificações, sem a menor referência à guerra naval, e que no Capítulo XXXI desse Livro, com que se inicia essa matéria, é feita uma referência ao Imperador, o que só ocorre nos prólogos aos outros Livros.

Este tipo de questões é comum a todas as obras que nos chegaram da antiguidade em diferentes épocas, através de diferentes versões, traduzidas, adaptadas e comentadas em diversas línguas, dada a dificuldade em averiguar qual a forma original da obra. Para dar um exemplo, a primeira tradução francesa da obra só é feita em 1488, mais de mil anos após a redacção do original, a partir de cópias em latim.

Nada disto no entanto retira qualquer valor ao texto da obra, que mantém em muitos aspectos uma grande actualidade.

Algo diferente a obra de Sun Tzu.

Por um lado é muito mais abrangente no que diz respeito às matérias tratadas.

Por outro é muito mais divulgada, conhecida e citada. Existe mesmo uma edição de bolso em português relativamente recente, publicada pelas Publicações Europa-América, traduzida também de uma versão em inglês. No entanto, e para justificar o que atrás foi dito, as versões em português são muito diferentes, pois foram traduzidas a partir de versões adaptadas e comentadas por autores diferentes.

A obra agora publicada pelas Edições Sílabo tem eventualmente o mérito de diferenciar melhor o que seria o pensamento de Sun Tzu do que lhe foi sendo acrescentado ao longo dos tempos.

Duas obras que recomendamos a todos os interessados pelas "coisas militares". ■

O 25 de Abril 1974 – um acto maior de Amor, de Patriotismo e de Democracia

ANDRADE DA SILVA

É PRECISO PROCLAMAR sem reservas, assertiva e audivelmente que o facto do regime democrático português ter nascido de uma revolução que, lavou a peste negra do fascismo salazarista e redimiu a República do tempo da terra dos vampiros, dos opressores leigos e beatos (que mantinham o Povo na ignorância e no medo dos diabos e dos infernos,) tornou-o num acto maior da História da libertação do Povo Português.

A evolução na continuidade, ou a morte do regime salazarista/caetanista por uma longa e doentia continuidade não libertaria o regime nascente dos crimes e das cumplicidades do fascismo português com o espanhol e outros. Salazar alimentou a matança de democratas na guerra civil espanhola, Marcelo não foi, nem seria o libertador do regime que ajudou a criar. Era um "Salazar mais sorridente"

A circunstância feliz quer pela poupança de vidas na guerra de África, quer pela ruptura que faz com o Estado Novo, faz do 25 de Abril de 1974 um motivo de honra, orgulho e alegria para os democratas e um monumento de glória para os militares de Abril e para todo o povo que saiu à rua para apoiar o movimento revolucionário e tomar o seu comando.

Os militares eram delegados do povo. O povo na rua passou a ser povo independente, livre e a construir o seu futuro sem mediação, fizeram-no directamente.

É de facto esta tomada do poder pelo povo na rua que, desde logo, clarificou mais as águas: os defensores da continuidade ficaram do lado do 24 de Abril; os elitistas que defendem a democracia para que eles possam ser a classe dirigente fizeram um interlúdio, esperaram e motivaram vários golpes, no 25 de Novembro ganharam as rédeas do poder e, finalmente há um conjunto minoritário de militares que se colocaram logo lado a lado com o povo, aceitaram a sua identidade política, social e humana, foram e são vilipendiados. O povo quando grita e exige é comunista, O povo quando reza e se conforma é o bom povo.

O grupo dos que não viam o povo como uma abstracção cómoda quando aplaudem e uma realidade perigosa quando exigem, também não conseguiu entender-se. Poucos, divididos, nem sempre honestos e generosos perderam a confiança do povo não o motivaram para nenhum grande projecto, renovador que nos pusesse na senda dos grandes feitos e, fomos ficando na cauda das caudas europeias e do mundo. É a nova moda. No mundo também imperam as caudas, as corrupções e, muito menos a inteligência, o coração, o ideal.

É assim apesar do muito que é diferente no hoje, dia inteiro – em relação ao dia negro do fascismo – actualmente muitos, mesmo muitos, sobretudo os principais beneficiários do novo dia: empresários, políticos, (mormente sociais-democratas, socialistas, detentores do poder local e do regional) jornalistas, profissionais liberais, diplomatas, juízes e eurocratas apoucam o 25 de Abril. Estes todos por razões perversas e, ou por falta de completo sentido de gratidão esqueceram os beneméritos do 25 de Abril, os beneméritos da nação – os militares de Abril.

Todavia há também muitos que apesar de não terem beneficiado tanto do 25 de Abril e, por até considerarem que chegamos a um ponto que é mais do mesmo e que os poderes de ontem são iguais aos poderes de hoje e, por vezes piores, também esqueceram depressa o 25 de Abril de 1974 e os militares que o fizeram.

Nesta conjuntura com uma já longa história o que mais conta e interessa é a falta de memória, a ingratidão, a negação da revolução, o esquecimento do acto libertador e único do 25 de Abril e, isto acontece também, porque bastantes de nós – militares de Abril – temos andado em críticas intestinas e alguns (muitos?) têm procurado, junto dos poderosos, modos de vida mais confortáveis. Têm conseguido tal desidrato, sem qualquer dor ou mal-estar a nível da consciência. Os bens materiais, o poder são, sempre foram, um bom sedativo para qualquer sentimento de culpa.

Todavia há quem não desista, há quem resista. Ao povo que continua grato aos beneméritos da nação é preciso apelar e dar-lhes força e argumentos para que possam dar testemunho, defenderem a liberdade, conquistarem mais amigos e lutarem também, sobretudo as mulheres, para que a natalidade entre as progressistas aumente (o desaparecimento de mães, pais e avós progressistas é um risco para o humanismo, a democracia e a liberdade no país e no mundo).

Compete também aos militares de Abril e aos seus amigos vivos e ainda com emoção e vitalidade fazer tudo com coragem, sem medo e sem ser de cócoras para que a democracia, os poderes democráticos não esqueçam o histórico movimento libertador do 25 de Abril e os beneméritos da Nação que o fizeram. Estes não se reduzem à meia dúzia daqueles que a comunicação social nomeou, infelizmente com a cumplicidade desses nomeados que nunca tiveram a coragem de desmascarar essa fulanização que, pelo contrário, dele se aproveitaram.

É preciso lutar pela memória, pela coerência e repor a verdade e as verdades dos acontecimentos e uma delas notável é a de que no 25 de Abril 1974 desembarcaram vários 25 de Abril, poucos tendo o povo de carne e osso como o princípio e o fim de tudo, e muitos tendo como princípio e fim o interesse dos próprios participantes e, ou os interesses económicos e políticos que hoje estão tão bem instalados nos seus lucros materiais e não tangíveis que o poder e a economia, mesmo em crise, é tão pródiga em oferecer-lhes.

Cabe aos que não de um modo retórico têm servido o país e o povo, não se têm servido, têm sido maltratados, lutarem pela verdade, pedirem aos seus amigos que os ajudem a criar no país o que o 25 de Abril ainda não foi capaz, o pensamento crítico, a verdade histórica, a justiça e a gratidão.

Sem pormos termo à colonização do medo e do seguidismo em relação aos que detêm dinheiro, poder ou influência a que fomos sujeitos durante décadas de fascismo e séculos de obscurantismo, Abril será um dia inteiro, com nuvens e sombras que precisam de ser desfeitas, não para que Portugal se torne o céu na terra, mas sim um país humanista, inteligente solidário, feliz, livre.

É necessário que Abril seja Primavera, esperança e realização e não Outono, ou pior inferno para os pobres, os desempregados, os emigrantes, os diferentes: os homossexuais (que podem ser mortos por bandos de jovens violentos que pouco mais levam pelos nossos tribunais que um castigo que não o é, mas é quase um convite a que a garotada que há muito deixou de ser criança vitime gente mais desgraçada que eles).

É o infernal ciclo da vitimação que se vê ao nível individual, como da nação. Hoje há gente que pela má consciência que tem do holocausto acha que Israel pode usar um excesso de legítima defesa para que nunca mais sejam gaseados. Israel e os Árabes têm direito à paz e, nisso a comunidade internacional tem de envolver-se e, entre nós, o Portugal de Abril não pode ser tão indiferente às tragédias do mundo. Abril deve fazer-se ouvir e criticar todos os apoios que sejam para violar os Direitos do Homem e ou o direito internacional.

Por Abril, pela liberdade é preciso continuar desperto, lutador e não amolecido pelo consumo, pelos shoppings, pela mentira, pelos futebóis e telenovelas que dão milhões a agentes da sombra que se tornaram próceres.

Se a apatia continuar, um dia sem darmos por isso será outra vez noite Inverno e inferno. ■

Abril

Era já alvor a liberdade
Era quase a vida, quase a voz
Era um rio em cheia quase foz
Brandos ventos feitos tempestade
E foi alevantado este meu povo
Gente viva, erguida. Agigantada
Era um tempo velho feito novo
Tempo aceso luz na alvorada
Aí nasceu esta ânsia de nascer
De novo neste chão por amanhar
Chão regado a pranto e a sofrer
Chão de medos. Chão de tanto esperar
E das noites algemadas de morrer
E das horas avisadas de acordar
Que eu sou do povo que então quis saber
Quanto de si o povo sabe dar
E sou também desta terra feita
De cravos. De soldados e canções
Da pátria onde me deito e onde se deita
A gesta que moldou mil gerações
E sou o filho e sou também irmão
Dessa gente que já vive na memória
Sou da noite de escrever libertação
Com a pena do poeta coração
E as musas de inventar a nova história
E era assim o dia a madrugar
No sangue e no fio de uma espada
Esperança tanto sonho embainhada
Olhos tanta noite a vigiar
E as lagrimas que correram tanto mar
E as vozes que rasgaram tanta estrada
E as armas onde a flor se viu plantada
Não eram mais as armas de matar
Que o povo tem no peito e na raiz
A seiva da floresta libertada
Aqui e era abril e era amar
Estava a renascer o meu país
Quando se alvorou a madrugada

António Lúcio Vieira
25.4.1999-25 anos

Abril, mês de um Portugal em flor!

Abril, espaço de liberdade
E verdade!
Abril, mês de um portugal
Em flor,
Com mais amor!
Calou-se a imposição
E cada um mostrou o coração!
Tenhamos, sempre, presente,
Abril em recordação!
Façamos a abril
Verdadeira saudação!
Cantemos-lhe, em cada instante,
Com paixão!
E nunca esqueçamos que abril,
Foi de facto, a doação,
De uma autêntica liberdade
Que se tornou
E tem de continuar a ser realidade!

Lisboa – Abril – 2006
José Carneiro de Almeida

(aos Militares de Abril que souberam dar a Portugal a verdadeira essência da Liberdade e da Democracia!)

Pode haver soldados-fardas

e também fardas em humanos
adjectivos combatendo
engrenagens maquinais
de tutelas opressoras
"ganhando a vida" se a perde
se sem ideal colectivo
não contemplando o colorido
num abril tão convulsivo
lutamos, mas sem o de cada um sentido...
sem os tais humanos adjectivos de abril
continuaríamos silenciados
de medo cobarde frente à opressão
sem olvidarmos cantemos
estrofes-hinos de satisfação
ornadas de cravos encarnados

Gotas-Pérolas de Abril

Sendo Abril decoradamente verde e florido,
gotas de orvalho crescentes:
Pérolas libertas do férreo colar da ditadura,
corajosamente poisando nas teias
de venenosas aranhas
assombradoras do Povo português,
combateram-nas até ao seu derrube
Pérolas-gotas provenientes de nebulosas
cerebrais
de civis e militares de ideários libertadores
Tantas brilharam e outras se extinguiram
até romper as teias, permitindo a Povos
cantar odes à Liberdade
Abril da Primavera musicalmente alegre
de Vivaldi
Abril da magistral Sagração da Primavera
de Stravinsky
Abril de colorido ardente
de Vincent van Gogh
Abril de tantos poetas é inspiração
A vós gotas-pérolas lusitanas,
simbolicamente homenageamos,
citando dois dos quais fisicamente
nos deixaram:
Zeca Afonso e Salgueiro Maia

Poemas de Laureans
para o cidadão, primeiro, e depois
para o general Pezarat Correia

Somos todos arguidos!

JOÃO ALMEIDA e Duran Clemente, dois activistas do Movimento Cívico Não Apaguem a Memória! vão ser julgados no próximo dia 11 de Dezembro, no 6.º Juízo Criminal de Lisboa.

O Ministério Público acusa-os de serem "co-autores materiais, na forma consumada, de um crime de "desobediência qualificada", por "terem juntado um grupo de cerca de trinta pessoas na Rua António Maria Cardoso, no n.º 30/36 89, em Lisboa onde protestavam contra a construção de um condomínio nas antigas instalações da PIDE".

Foi há um ano, no dia 5 de Outubro. De facto, éramos bastantes a manifestar, pacífica e espontaneamente, sem convocatórias oficiais, apenas no exercício nobre da cidadania, o nosso protesto por se estar a trair a memória da resistência à ditadura do Estado Novo, ao apagá-la de um dos lugares mais sinistros da repressão fascista.

Deste acto cívico de protesto e indignação nasceu o Movimento, que cresceu e consolidou a sua credibilidade junto da opinião pública: entregou na Assembleia da República ao seu presidente uma petição subscrita por mais de 6000 cidadãos (dentre deles dois ex-Presidentes da República, Mário Soares e Jorge Sampaio), foi recebido por membros do Governo, pela Câmara Municipal de Lisboa e está a ser recebido pelos Grupos Parlamentares.

Os abaixo assinados vêm manifestar publicamente a sua solidariedade a João Almeida e a Duran Clemente e expressar a mais profunda indignação pela acusação proferida pelo Ministério Público, por considerarem que:

1. Discrimina estranhamente dois cidadãos, quando muitos mais estiveram presentes no referido acto cívico.
2. Restringe o exercício do mais elementar direito de liberdade de expressão conquistado em Abril de 74.
3. Penaliza ao considerar "crime" um acto pacífico em defesa da memória da resistência ao fascismo.

Porque lá estivemos ou poderíamos estar: SOMOS TODOS ARGUIDOS!

Lisboa, Outubro de 2006. ■

Vamos aprender Bridge! (72)

LUÍS GALVÃO

AO LONGO dos últimos artigos apresentámos as 3 POSIÇÕES CLÁSSICAS DO SQUEEZE SIMPLES, nomeadamente as POSIÇÕES PERFEITA (AUTOMÁTICA), a IMPERFEITA e a SOBRE A ESQUERDA. Porque não queremos deixar incompleta a apresentação do tema em apreço (o SQUEEZE SIMPLES), dedicaremos os próximos artigos sobre as 2 POSIÇÕES ORIGINAIS, a saber: a de IDA E VOLTA (ALLER ET RETOUR) e a denominada de "CHASSÉ CROISÉ" ou de "CRISS-CROSS".

1 – O CARTEIO

1.4 – O SQUEEZE

1.4.1 – O SQUEEZE SIMPLES

1.4.1.4. POSIÇÃO DE ALLER ET RETOUR (IDA E VOLTA)

A posição diagramática final do IDA E VOLTA (ou ALLER ET RETOUR como é designado pelo grande BERTRAND ROMANET, na sua obra Tout le Squeeze) é definida pela seguinte combinação de cartas:

	♠D4 ♥A2 ♦ - ♣ -	
♠R ♥DV9 ♦- ♣-	N W E S	Mão sem interesse
	♠ - ♥R104 ♦3 ♣-	

Analisemos como funciona o golpe em apresentação: ao bater o 3♦ (SQUEEZANTE) o carteador vai "apertar" o ADV em W colocando-o perante o seguinte dilema:

– Ou balda o R♠ apurando, de imediato, a D♠ do morto;
– Ou balda o 9♥ apurando na totalidade, as três cartas de ♥ de S, bastando para tal que o carteador jogue o 4♥ para o A♥ do morto e regresse à mão com o 2♥ para o R♥ e bata o 10♥, entretanto apurado. É aliás esta ordem na manobra, que indicámos como de ida ao morto e regresso à mão, que deu origem à denominação dada ao golpe: IDA E VOLTA.

Apenas para os mais desatentos realço que o carteador não tem qualquer problema com a balda a efectuar no morto, visto que o 4♠ não tem outra utilidade que não seja a de completar a vasa que teve início com a jogada do 3♦.

Convém realçar que o IDA E VOLTA é um SQUEEZE do tipo AUTOMÁTICO, visto que actua indiferentemente sobre qualquer dos ADV, bastando, para tal demonstrar, transferir as cartas da esquerda para a direita e ver que em qualquer das posições o SQUEEZE actua na perfeição:

	♠D4 ♥A2 ♦ - ♣ -	
Mão sem interesse	N W E S	♠R ♥DV9 ♦- ♣-
	♠- ♥R04 ♦3 ♣-	

Basta bater o 3♦ para que seja agora E a ser "pressionado" pela eficácia do golpe, circunstância que o PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO das AMEAÇAS já teoricamente indicava.

Antes de apresentarmos um exemplo concreto, em que o IDA E VOLTA resolva o problema de carteio, convém alertar para o facto desta POSIÇO se caracterizar pela necessidade da existência, nas mãos dos jogadores ao ser batida a squeezante, de, pelo menos, 4 cartas e não unicamente de 3 como nas POSIÇÕES PERFEITA e SOBRE A ESQUERDA.

Analisemos agora o problema colocado com o carteio da seguinte mão:

	♠S42 ♥S3 ♦AR43 ♣R842	
♠987 ♥V97642 ♦D97 ♣9	N W E S	♠63 ♥D108 ♦V1085 ♣DV106
	♠ARDV10 ♥AR ♦62 ♣A753	

com a qual N/S chegaram ao contrato de 6♠, através do leilão:

S	W	N	E
2♠		2♦	-
2♠	-	3♠	-
4♠	-	4♦	-
4♥	-	5♣	-
5♥	-	6♦	-
6♠	-	-	-

Saída: 9♠

Analisada a carta de saída e observado atentamente o morto, o carteador contabilizou as perdentes relativamente ao jogo de S, eleito como MÃO DE BASE:

1 perdente a♣ desde que o naipe esteja dividido 3/2 nas mãos dos ADV.

O contrato marcado parecia ser um belo contrato ao ter uma probabilidade de sucesso de 68%, correspondente à percentagem de ocorrência da distribuição 3/2 do naipe ♣.

Um jogador menos atento e/ou experiente teria limitado a sua análise ao circunstancialismo da distribuição favorável dos ♣ e elaborado o seu PLANO DE JOGO baseado nessa premissa, atribuindo ao factor esotérico definido como AZAR outra qualquer distribuição, menos "conveniente", do único naipe crítico.

O nosso carteador era, no entanto, um jogador seguro, experiente e pessimista q. b., pelo que não quis deixar de equacionar a HIPÓTESE DE TERROR, colocando a si próprio uma dúvida substantiva:

"E se os ♣ estiverem divididos 4/1 e não 3/2 poderei eu tomar, desde já, alguma medida que me acautele contra tal distribuição, aumentando, consequentemente, as minhas probabilidades de êxito?"

Equacionada a questão a resposta surgiu de imediato com a formulação do seguinte condicionalismo: "Se os ♣ estiverem 3/2 o carteio é elementar. Se se distribuírem 4/1 ou 5/0 e se a mão que deliver as 4 ou 5 cartas de ♣ deliver também 4 ou mais cartas de ♦ posso montar um SQUEEZE DE SEGURANÇA contra tal eventualidade."

Feita esta análise e encontrada a solução o carteador definiu a ordem (TIMING) do carteio, tendo jogado a mão da forma que se indica:

Tirou os trunfos em três tempos e, de imediato, fez o AJUSTE após jogar o 2♦ para o R♦ do morto e o 2♣ para a mão que, coberto pelo 10♣ de E, deixou fazer utilizando a técnica do GOLPE EM BRANCO.

Tendo ficado em mão, E saiu dela com o V♦ que foi coberto pelo A♦ do morto. O carteador continuou com o 3♦ que cortou na mão, tendo visto os ADV assistirem com o 8 e a D.

Tendo o 4♦ sido promovido à categoria de AMEAÇA estava montada a armadilha quando, após bater o A e o R♥, a posição final ficou como se indica:

	♠- ♥- ♦4 ♣R84	
	N W E S	♠- ♥- ♦V ♣DV6
	♠10 ♥- ♦- ♣A75	

Ao bater o 10♠ (SQUEEZANTE), sobre o qual o morto baldou o 4♠, que poderia o infeliz de E fazer? Baldar o V♦, apurando o "insignificante" 4♦ do morto ou, em alternativa, abandonar o 6♣, apurando as 3 cartas de ♣ de S? Não havia nenhuma boa solução, o que caracteriza o problema dilemático a que se encontrava submetido por acção directa da montagem dum SQUEEZE SIMPLES do tipo IDA E VOLTA com que o carteador o presenteara.

Em jeito de conclusão podemos afirmar que a POSIÇÃO do IDA E VOLTA, apesar de ser INDIFERENTE ou AUTOMÁTICA, é, no entanto, relativamente frágil, o que decorre da necessidade de conservar a dupla comunicação na AMEAÇA COMUNICANTE, condição absolutamente imprescindível à consumação do golpe em apreço.

Frágil ou não, o certo é que acrescentou mais valia à probabilidade de sucesso inerente a uma distribuição menos favorável, mas muitas vezes presente, em algumas mãos que nos aparecem, o que justifica e aconselha a sua utilização quando for caso.

Até ao próximo número. ■

Restaurante/Bar

APÓS UM PEQUENO interregno, certamente maior do que aquilo que pretendíamos, o Restaurante da nossa Sede voltou a funcionar.

O nosso concessionário é o sargento-ajudante Cruz Ferreira.

Desde a abertura da Sede que vários associados nos diziam: "Se conseguissem trazer para cá o Ferreira, acertavam no alvo". Pois bem, conseguimos convencer o Ferreira, homem com enorme experiência e óptimos resultados na gestão de messes e restaurantes. Por isso, estamos com enorme optimismo, ainda que conscientes de que esta vai ser a sua primeira experiência deste tipo.

Confiamos que iremos ter uma oferta com a relação qualidade/preço muito boa.

Para isso, contamos com uma igual resposta, isto é, muito boa, por parte dos associados da A25A.

Utilizem o Restaurante/Bar e contribuam para a elevada qualidade, com muito bom ambiente, que todos desejamos.

Venham e tragam outro amigo, também! ■